

Paidéia, 2005, 15(30), 31-42

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E DIFERENÇAS CONSTITUTIVAS DAS FRATRIAS¹

*Dília Maria Andrade Glória*²
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão crítica da literatura no campo de estudos sociológicos sobre a relação família e escola a partir de pesquisas realizadas no Brasil e no exterior. Discutem-se as diferenças constitutivas das fratrias com destaque para o papel das variáveis ditas demográficas da família — composição, tamanho, ordem de nascimento e gênero dos filhos — face à constituição das trajetórias escolares quanto às suas possibilidades de maior ou menor êxito. Conclui-se que, mesmo entre irmãos, podem ocorrer diferenças relativas à sua escolaridade pelo fato de cada um deles ocupar uma posição singular em seu meio familiar. Destaca-se ainda a necessidade de maiores estudos na área.

Palavras-chave: escolaridade; família; variáveis demográficas.

RELATION BETWEEN SCHOOLING AND DIFFERENT BROTHERHOOD CONSTITUTIONS

Abstract: This article presents a critical revision of literature in the field of sociological studies about family and school relationships, starting from researches done in Brazil and abroad. The constitutive differences of brotherhood are discussed, specially the role of the so called demographic variations of the family- composition, size, birth order and children's gender-confronted with the formation of each school history as to its possibilities of bigger or less success. It is concluded that, even among siblings, differences may occur to their schooling based on the fact that each one occupies a singular position in their family environment. The necessity of bigger studies in the area is then highlighted.

Key-words: schooling; family; demographic variations.

Introdução

Nas últimas décadas, a relação entre família e escola apresenta-se sob uma nova ótica no campo da Sociologia da Educação. Embora as relações entre as famílias e as instituições escolares tenham sido tradicionalmente enfocadas pelos sociólogos da educação no decorrer do desenvolvimento dessa disciplina (Van Zanten, 1988), as análises empreendidas até então apresentavam um caráter macroestrutural, em que a família era compreendida como uma simples correia de transmissão da categoria socioeco-

nômica. Com a família reduzida à variável “pertencimento social”, a compreensão de sua atuação sobre o desempenho escolar dos indivíduos padecia, inevitavelmente, de um determinismo sociológico (Nogueira, 1995; 1998).

As pesquisas sobre as desigualdades escolares realizadas ao longo do século XX demonstram uma forte correlação estatística entre a origem social dos alunos e seu rendimento escolar, e apresentam as crianças dos meios populares como sendo atingidas “de forma muito mais maciça e regular” por situações de fracasso (Forquin, 1995). As “exceções” (p.81) nesses meios, casos de alunos que apresentam um percurso escolar bem sucedido —, consideradas verdadeiras improbabilidades estatísticas, somente mostraram-se passíveis de compreensão num enfoque metodológico mais recentemente desenvolvido, que

¹ Artigo recebido para publicação em 20/08/2004; aceito em 14/01/2005.

² Endereço para correspondência: Dília Maria Andrade Glória, Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte-MG, CEP: 31270-210, E-mail: diliamag@terra.com.br

contempla processos mais “finos” de investigação, em que se busca perceber as nuances existentes entre famílias de um mesmo grupo social e até mesmo entre seus filhos. Portanto, a partir da década de 1980, as pesquisas sociológicas em educação redirecionam seu interesse para as práticas e estratégias educativas internas às famílias, “sob a influência do instrumental antropológico (estudos etnográficos, observação-participante), mas também histórico (histórias de vida, biografias escolares)” (Nogueira, 1995, p.16).

Esses estudos, de caráter microssociológico, permitem não apenas dar visibilidade às variações encontradas nas práticas familiares de escolarização entre famílias de um mesmo meio social, mas também compreender a conjugação de fatores interdependentes capazes de instituir uma configuração familiar singular (Lahire, 1997).

Mas se a Sociologia da Educação negligenciou, por muito tempo, o estudo do papel ativo da família na construção dos itinerários escolares, na atualidade sua preocupação parece ser a de “construir uma sociologia das escolaridades” (Nogueira, 1995, p.16). Dessa perspectiva, no campo da relação família e escola, pesquisas mais recentes têm procurado conhecer a natureza e a intensidade dos investimentos das famílias na vida escolar dos filhos. Assim, procura-se identificar não apenas as formas pelas quais as famílias tendem a investir na escolaridade dos filhos, mas também a intensidade desses investimentos, ou seja, o grau de “mobilização” dos pais no sentido de favorecer o processo escolar. Como, por exemplo, o tempo maior ou menor usado no acompanhamento dos deveres de casa, os dispêndios destinados à educação escolar, o diálogo com os professores e a participação nas reuniões escolares, a preocupação em inculcar princípios morais escolarmente valorizados, dentre outros.

Ao lado dessa reorientação da Sociologia da Educação em seus objetos de conhecimento e em seus métodos investigativos, há que se considerar também as mudanças no seio da família contemporânea e de como isso repercute em sua relação com a escola. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças profundas nas estruturas familiares e as crianças passam a ocupar um lugar central no projeto familiar. De acordo com Van Zanten e Duru-Bellat (1999), essas mudanças nas estruturas familiares

decorrem, ao mesmo tempo e de modo complexo, de transformações globais - industrialização, urbanização, entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho - e de mudanças nos comportamentos dos casais: redução da natalidade e predomínio de famílias pouco numerosas, aumento do número de divórcios e de famílias monoparentais ou recompostas, e aumento da coabitação dentre os jovens, ou seja, sem a oficialização do casamento. O fato é que se intensificam as relações afetivas entre pais e filhos e evidencia-se, por parte dos pais, o empenho em assegurar o sucesso escolar e profissional a seus filhos, cujas oportunidades de ascensão social mostram-se cada vez mais relacionadas ao processo de escolarização (Nogueira, 1998). Deve-se, no entanto, observar que, da mesma forma que o fracasso escolar, o sucesso constitui-se em uma categoria produzida pela instituição escolar que é sócio-historicamente construída (Lahire, 1997). Assim, a definição do que seja sucesso escolar varia de sentido conforme a época histórica em que se vive, o tempo escolar em que se obtém sucesso (pré-escola, vestibular) e a classe social à qual se pertence, pois o bom resultado pode diferir de um grupo social para outro. Neste texto, o sucesso escolar é compreendido por um itinerário que se faz sem rupturas e que se prolonga até a universidade, o que tende a refletir um bom desempenho na escola.

Mas constatada a maior valorização da escolarização por parte das famílias como forma de ascensão social, é importante indagar como essa escolaridade tem-se constituído no interior das famílias, quais os fatores intervenientes nesse processo de construção da escolaridade dos filhos e como esses filhos têm-se situado quanto às estratégias educativas desenvolvidas no decurso de sua escolarização. As estratégias educativas ou educacionais — das quais as estratégias escolares constituem um “aspecto particular” — consistem, segundo Bourdieu (1998b), em ações, conscientes ou não, que “visam primordialmente produzir agentes sociais capazes e dignos de receberem a herança do grupo, isto é, de serem herdados pelo grupo”(p.116). As estratégias educativas se referem, assim, a um campo de atuação efetivamente mais amplo por parte das famílias, indo além do projeto de escolarização, como a organização dos tempos e espaços domésticos em função dos estudos dos filhos; o recurso à aula particular para reforçar os

conhecimentos escolares; o uso “rentável” do tempo extra-escolar com aulas de língua estrangeira; a ida a atividades culturais como cinema, teatro e *shows* musicais¹.

Kellerhals e Montandon (1991), ao pesquisarem as estratégias educativas de famílias suíças, observam que uma das questões a guiar seu estudo diz respeito à maneira pela qual os pais educam diferentemente um menino ou uma menina, um filho primogênito ou um caçula. Em suas palavras: “vários trabalhos mostraram, com efeito, que o número de crianças na família, seu lugar de nascimento e seu sexo orientam de maneira decisiva as práticas educativas dos pais”² (Kellerhals & Montandon, 1991, p.23).

Ao discutir o quadro teórico e metodológico atual relativo às pesquisas sobre família e escola, Romanelli (2003) chama a atenção para a relevância de se considerar “a presença dos irmãos, que constituem a fratria,³ e sua atuação”(p.252) no processo de escolarização. Para ele, as relações fraternais são marcadas por situações de dominância relativas às diferenças de gênero, de idade e de escolaridade dos irmãos, bem como pela vivência afetiva desses. Em sua perspectiva de análise, esse autor discute como a modalidade de arranjo familiar, o tamanho da família, a ordem de nascimento e o gênero podem repercutir na escolaridade dos filhos de uma mesma família, contribuindo para definir algumas diferenças de envolvimento, desempenho e percurso em relação à escola.

Integrar uma família tradicional, com ambos os pais e irmãos, ou morar apenas com um dos genitores; conviver com um irmão ou com quatro; ter nascido primeiro ou ser o filho do meio ou o caçula; ser do sexo masculino ou feminino — tudo isso parece contribuir para que se constituam relações e situações singulares capazes de configurar escolaridades diferentes. Assim, é objetivo desse texto discutir possíveis variações nas práticas e estratégias educativas familiares no que diz respeito a diferen-

ças relativas à constituição das fratrias em termos de composição e tamanho da família, ordem de nascimento e gênero dos filhos.

A influência da composição familiar na escolaridade dos filhos

No campo da Sociologia da Família, o termo família tem designado modelos organizativos diferenciados em diferentes épocas e culturas (Saraceno, 1997). Marcadas por sucessivas mudanças econômicas, sociais e culturais, as famílias constituem-se também em atores sociais que “contribuem para definir as formas e os sentidos da própria mudança social, ainda que com diferentes graus de liberdade e segundo as circunstâncias” (Saraceno, 1997, p.14). Por outro lado, assim como se altera seu modo específico de lidar com os demais grupos sociais, cada família tem também uma história interna que lhe é peculiar, em que se podem constatar mudanças nas regras e nas formas das relações, inclusive entre gerações. A própria modalidade organizacional da família parece contribuir para um amplo espectro de possibilidades de configurações de relações no seu interior. A repercussão social e afetiva de ser um filho numa família nuclear (composta por pai, mãe e filhos que compartilhem a mesma residência), monoparental (cujo lar tem à frente somente o pai ou a mãe que se encarrega sozinho dos filhos) ou recomposta (quando após o divórcio do casal a família é reconfigurada, às vezes com a introdução de novos “pais” no meio familiar), possivelmente não é a mesma e as implicações disso parecem incorrer em experiências diferenciadas, dentre as quais aquelas relativas aos processos de construção da escolaridade.

Do ponto de vista demográfico, desde a segunda metade do século XX, a tendência no Brasil é de uma diversificação nos arranjos familiares (Goldani, 1994). Uma das maiores mudanças no perfil da estrutura familiar brasileira refere-se ao crescimento acentuado de arranjos monoparentais, embora a família nuclear continue a ser a modalidade predominante (Berquó, 1998).

Assim, se no quadro brasileiro de arranjos familiares a modalidade casal com filhos persiste como a mais comum, ao se observar a evolução desse quadro no período de 1970 a 1989, nota-se uma forte

¹ Esses são alguns exemplos de estratégias que, na verdade, tendem a variar de um grupo social para outro e mesmo entre famílias consideradas pertencentes a um mesmo grupo, uma vez que elas não apresentam a mesma predisposição para entender e atuar no campo educacional.

² Em francês, no original.

³ A Sociologia da Família entende por fratria o “conjunto de irmãos e irmãs nascidos do mesmo pai e da mesma mãe” (SEGALIN, 1993: 288). Em francês, no original.

redução do número de famílias nucleares em relação a outros tipos de arranjos (Goldani, 1994). Mas a mudança não é meramente quantitativa. A própria modalidade família nuclear tem apresentado uma redefinição em suas relações internas e hierárquicas a partir de uma maior autonomia, igualdade e participação de seus membros, independente de suas diferenças sexuais, etárias e posicionais (Figueira, 1987). Essas mudanças de mentalidade, baseadas em um ideal igualitário, repercutem, sem dúvida, na vida escolar dos filhos. Exemplo disso é que, face ao processo de escolarização, o envolvimento e a atuação de mães e filhos que trabalham e têm certa autonomia financeira diferem daqueles que são economicamente dependentes, não apenas quanto a recursos materiais, mas também em relação a aspectos como administração do tempo, valorização da escola, percurso escolar, atividades extra-escolares, escolha profissional etc. (Nogueira, 2000, 2002; Romanelli, 1995, 2000; Terrail, 1992).

No que diz respeito às famílias monoparentais, entre 1970 e 1995, seu número praticamente dobrou no quadro dos arranjos domésticos no Brasil. Constatou-se, ainda, desde os estudos de 1970, que a grande maioria dessas famílias monoparentais é chefiada por mulheres (Berquó, 1998). Por sua vez, Hasenbalg e Silva (1999) referem-se a um estudo realizado nos Estados Unidos sobre as causas do atraso escolar das crianças (Bianchi, 1983) segundo o qual “viver em uma família monoparental tem um pequeno mas claro efeito negativo” no desempenho escolar. Esses autores afirmam desconhecer estudos no Brasil que relacionem o arranjo familiar com o rendimento ou aproveitamento das crianças na escola, mas constatam em sua pesquisa que, para crianças que vivem em famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o acesso à escola apresenta-se mais difícil.

É observado ainda o aumento, no Brasil, na proporção de famílias recompostas, aquelas em que pelo menos um membro do casal tenha vindo de um casamento anterior, como conseqüência da elevação nas taxas de separação, divórcio e recasamentos (Berquó, 1998). Quando se pensa nos processos e

sentimentos vivenciados por uma criança que acompanha a separação dos pais para posteriormente registrar a recomposição de sua família, é plausível supor que dessa transformação do arranjo familiar resultem alterações nos processos e estratégias educacionais escolares desenvolvidos por essa família.

O pressuposto é, pois, de que a espécie de arranjo familiar, que marca os processos dinâmicos da família, viria a repercutir também em seu modo de relação com a escolaridade dos filhos. Como diz Romanelli (2003), a diversidade quanto às modalidades de arranjos familiares, “resulta em estilos de vida peculiares, com formas de sociabilidade específicas, o que redundaria em modos distintos de relacionamento entre pais e filhos, inclusive no que diz respeito à escolarização desses” (p.249). De todo modo, uma provável influência da composição das famílias brasileiras na escolaridade dos filhos carece de investigações específicas.

O número reduzido de filhos como uma estratégia educativa

Num estudo demográfico recente sobre o papel do número de filhos na escolaridade dos jovens, Marteleto (2002) apresenta duas hipóteses que têm explicado, nos países desenvolvidos, uma relação inversa entre tamanho da família e sucesso escolar dos filhos⁴. Segundo a *hipótese de diluição de recursos*, um maior número de irmãos diminuiria o tempo e os recursos familiares investidos em cada filho, o que influenciaria negativamente, dentre outros aspectos, seu desempenho educacional. De acordo com a *hipótese da rivalidade entre irmãos*, estes “disputam” entre si o tempo e os recursos dos pais que tendem a investir mais na escolaridade do(s) filho(s) cujo retorno lhes pareça ser maior ao longo do tempo. Segundo a autora, a maioria dos estudos empíricos confirma essas hipóteses, ou seja, que filhos nascidos em famílias pequenas costumam ser escolarmente privilegiados em relação àqueles nascidos em famílias mais numerosas.

No Brasil, constata-se que cresce o número de jovens que vivem em famílias menores (Marteleto, 2002). Essa tendência à redução do número de filhos nas famílias brasileiras é também indicada em outros estudos, como os de Goldani (1994) e Berquó (1998), para quem o rápido declínio das taxas brasileiras de

⁴ É importante lembrar que na Sociologia da Educação, despontou, a partir dos anos 1950, a corrente do “empirismo metodológico”, que já havia indicado o número de filhos como um dos fatores importantes das disparidades escolares (Nogueira, 1998).

fecundidade tem sido decisivo na alteração dos padrões sociodemográficos. Goldani (1994) observa, no entanto, “que a diminuição no tamanho das famílias estará determinada, cada vez mais, pela variação dos tipos de família e menos pela fecundidade” (p.19), ou seja, até os anos 1970, o impacto da queda da fecundidade provocou redução do tamanho da família, mas a partir de então, as mudanças nos arranjos familiares — especialmente com o aumento dos arranjos do tipo unipessoal e monoparental em função da diminuição da taxa de mortalidade e de disrupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios — têm apresentado maior peso na determinação do tamanho da família.

Uma vez constatada a diminuição do tamanho da família brasileira, Marteleto (2002) propõe-se a investigar se ainda existe uma relação inversa entre o número de irmãos e o nível de escolaridade formal, ou seja, se quanto maior o número de irmãos, menor o tempo de escolaridade de cada filho. Para isso, essa autora baseia-se na análise de coortes de 1963 e 1983, pré e pós-transição demográfica⁵, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes aos anos de 1977 e 1997. A análise foi realizada com o grupo de 14 anos de idade, tendo sido consideradas outras variáveis (situação do domicílio, renda familiar, educação da mãe e região geográfica do país) para efeito de controle.

No referido trabalho, a autora verificou que “a escolaridade média do jovem diminui à medida que o tamanho da família aumenta” e que “a desvantagem escolar de jovens de famílias grandes é menor quando outros fatores são controlados”, mas que a desvantagem persiste (Marteleto, 2002, p.170). Assim, a desvantagem de se viver em uma família com maior número de irmãos persiste mesmo para os jovens da coorte mais recente, e os poucos jovens em famílias grandes, pós-transição demográfica, se encontram em maior desvantagem educacional que os jovens da coorte mais velha, mesmo quando se controla o peso dos demais fatores socioeconômicos e demográficos considerados no estudo.

Os dados permitem ainda à autora afirmar que a redução no número de filhos explica 55% dos ganhos de escolaridade na coorte mais nova em relação a mais velha e que “o aumento de 1.32 anos de escolaridade entre as coortes (...) deve-se principalmente, e quase que na mesma proporção, ao aumento da escolaridade da mãe e à diminuição do tamanho da família” (Marteleto, 2002, p.170). Foi também observado que se o papel do nível de instrução da mãe na escolaridade dos filhos é um fator bastante pesquisado, o mesmo não ocorre com a variável “tamanho da família”, alertando para a importância de se considerar outras características familiares no processo de escolarização de crianças e jovens. Concluindo, o estudo evidencia o favorecimento da escolaridade de jovens brasileiros em função de um menor número de irmãos mesmo após a transição demográfica.

Hasenbalg e Silva (1999) mostram igualmente que “o tamanho da família parece desempenhar um papel bastante significativo” (p.145) no que diz respeito ao acesso das crianças brasileiras à escola. Assim, independentemente de seu nível socioeconômico, as famílias cujo tamanho é maior demonstram maiores dificuldades para enviar seus filhos à escola.

Na França, a pesquisa de Laurens (1992) também aponta a redução da fecundidade como um dos fatores de sucesso, especialmente em meio popular. A partir de uma análise de trajetórias excepcionais de filhos de operários franceses que alcançaram o ensino superior de engenharia, esse autor afirma que ter poucos irmãos e irmãs é um dos fatores que favorecem uma superescolarização em meio popular e que essa limitação do número de filhos é uma decisão familiar conscientemente pensada, acompanhada de uma vontade anunciada de sucesso escolar. Além disso, com base em uma pesquisa de porte nacional (Pohl, Soleilhavoup & Ben Rezigue, 1983), Laurens ressalta ser muito nítido o fato de que, qualquer que seja o meio social considerado, as famílias que têm um número reduzido de filhos aparecem como as mais favorecidas em termos escolares.

Essa relação entre o tamanho da família e a escolaridade dos filhos nos permitiria, pois, pensar que algumas famílias reduzem o número de filhos para poder investir mais fortemente, inclusive em termos escolares, em cada um deles. Já nos escritos de

⁵ No Brasil, a transição demográfica refere-se ao período compreendido entre 1960 e 1990, quando ocorreram mudanças significativas nos padrões demográficos com redução das taxas de fecundidade e de mortalidade e aumento da expectativa de vida.

Bourdieu (1998a), essa correlação mostrava-se também verdadeira. Para esse autor, dentre as “estratégias de reprodução”⁶ situam-se as estratégias de fecundidade, ou seja, aquelas que visam a limitação do número de filhos e que parecem responder, em parte, às estratégias educativas. Segundo Bourdieu (1998a), os dados estatísticos colhidos na França pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), referentes ao ano de 1970, indicavam que as chances de filhos de operários pertencentes a famílias pequenas (de dois ou três filhos) de ingressarem na *sixième*⁷, praticamente equivaliam às dos estudantes pertencentes a famílias das camadas médias com quatro filhos ou mais, e que as oportunidades escolares revelavam-se ainda mais ligadas ao tamanho da família no caso de ingresso em um nível mais elevado do sistema de ensino, como o “liceu”⁸. Bourdieu (1998a) conclui, então, que “a limitação da fecundidade e a ambição escolar devem ser vistas como duas manifestações da mesma disposição à ascense para a ascensão” (p.118) social. Para ele, sobretudo as camadas médias parecem compreender que a instituição escolar é efetivamente capaz de lhes propiciar chances de ascensão social e tendem a se caracterizar pelo malthusianismo, ou seja, pela propensão a terem um número reduzido de filhos, haja visto a direta relação que parecem estabelecer entre o número de filhos e a ordem de investimentos econômicos exigida na educação escolar de cada criança (Bourdieu, 1998b). Assim, por não disporem de recursos financeiros apropriados, e por terem em alto grau o desejo de que os filhos tenham uma carreira escolar bem-sucedida, as famílias de camadas médias limitam sua prole (Nogueira, 1997).

Portanto, não apenas existe uma relação inversa entre o número de filhos nas famílias e suas oportunidades de educação escolar, como algumas famílias parecem manifestar uma disposição em re-

duzir o número de filhos como estratégia de investimento na escolaridade desses.

O lugar da criança na fratria

Outra variável demográfica a ser observada diz respeito à ordem de nascimento do filho, ou seja, ao lugar por ele ocupado na fratria. O demógrafo Desplanques (1981) constata que na pesquisa realizada por ocasião do recenseamento francês de 1975, independentemente do tamanho da família de origem, em todas as gerações observadas (1910 a 1949) os primogênitos apresentavam maior sucesso escolar e profissional, tanto no que diz respeito ao grupo de 250 mil mulheres entrevistadas, como também no caso dos homens, seus maridos. Na impossibilidade de estabelecer uma conclusão, o autor levanta algumas hipóteses: 1) os pais apresentam uma maior dedicação (sobretudo em tempo) a seu filho primogênito, uma vez que ele já foi, um dia, filho único, o que implicou, provavelmente, em mais atenção por parte dos pais; 2) nele depositam maiores esperanças e expectativas; e 3) o primogênito tem, em geral, pais mais jovens e mais aptos à ajuda escolar, pois estes ainda não se distanciaram muito de sua própria escolaridade. Porém, independentemente das possibilidades de explicação buscadas, o estudo estabelece uma relação entre a ordem de nascimento e o grau de escolaridade alcançado.

Discutindo esse estudo de Desplanques, Romanelli (2003) afirma que, no Brasil, às vezes, são os caçulas os mais beneficiados em sua escolaridade à medida que têm a possibilidade de conviver com pais mais experientes, que tenham adquirido maior bagagem cultural. Considera também a vinculação das oportunidades educacionais às condições socioeconômicas das famílias. Especialmente nas famílias que vivenciam um processo de ascensão social, o caçula pode ser privilegiado na medida em que sua família tenha melhorado suas condições financeiras para investir no processo de escolarização. Nas camadas populares, os primogênitos costumam apresentar maior dificuldade para estudar, não sendo incomum que o filho mais velho ingresse precocemente no mercado de trabalho para elevar a renda familiar ou que a filha primogênita assumo o trabalho doméstico e o cuidado com os irmãos menores. Nes-

⁶ Para Bourdieu, as estratégias de reprodução consistem em “seqüências objetivamente ordenadas e orientadas de práticas que todo grupo deve produzir para reproduzir-se enquanto grupo” (Bourdieu, 1998:115), ou seja, são práticas que visam a manutenção ou melhoria da posição do grupo na estrutura social, dentre as quais as estratégias de fecundidade, matrimoniais, de sucessão, de investimento econômico e social, e educativas.

⁷ Ano escolar correspondente, no Brasil, à 5ª série do Ensino Fundamental.

⁸ O liceu equivale ao Ensino Médio no Brasil.

ses casos, são os caçulas os mais favorecidos em termos de sua escolaridade.

Ainda segundo Romanelli, um outro fator que parece interferir na relação entre o lugar ocupado na fratria e a escolaridade é a predileção parental por um dos filhos. Constata-se uma desigualdade na forma com que os filhos são tratados afetivamente por seus pais, desigualdade essa que parece repercutir em seus destinos escolares. Assim, “as manifestações de preferência podem ocorrer de acordo com a ordem de nascimento e com o gênero dos filhos, e os pais podem estimular a escolarização de alguns deles em detrimento da de outros” (Romanelli, 2003, p.254).

Para Laurens (1992), a ordem de nascimento também desempenha um papel nos processos mais prolongados de escolarização em meios populares com o favorecimento dos primogênitos, sobretudo se estes forem do sexo masculino. Segundo esse autor, baseando-se em dados estatísticos do INSEE, verifica-se mesmo que as vantagens de se ser filho primogênito estendem-se a todas as categorias sociais. No entanto, a pesquisa de Laurens aponta famílias de operários nas quais o primogênito foi “sacrificado”, tendo que trabalhar para complementar a renda familiar, casos nos quais as chances de se obter vantagens quanto à escolaridade são repassadas para o segundo filho ou para o caçula. Nessa perspectiva, ser o último filho implica, possivelmente, em beneficiar-se de uma melhor situação econômica da família que pode investir mais recursos em sua escolarização.

De acordo com Kellerhals e Montandon (1991), na Suíça, as diferenças educativas familiares associadas à ordem de nascimento são consideráveis no que tange às ambições parentais que freqüentemente se concentram mais no primogênito do que nos filhos mais novos. Conforme a pesquisa, os pais costumam visar carreiras de formação mais longa para o primeiro filho do que para os demais. Essas maiores ambições socioeducacionais estariam relacionadas a um tipo de educação mais rígido, a um controle mais intenso no que diz respeito ao primeiro filho. Mas se, por um lado, o filho mais velho é mais exigido, por outro, o estilo da autoridade normalmente evocado em seu caso quando comparado ao caçula é muito mais baseado em negociação. Isso se observa espe-

cialmente na relação do pai com o primogênito, muito mais marcada pela cooperação do que com os filhos seguintes, pois “contrariamente à mãe, o pai limita sua atenção ao primeiro, e se desinteressa bastante dos seguintes (ao menos no plano das ações concretas)”⁹ (Kellerhals & Montandon, 1991, p.226). As diferenças educativas entre primogênitos e caçulas não se mostram, porém, significativas em todos os aspectos do estilo educativo familiar, talvez porque os primeiros, embora cercados de solicitude sofram também maiores interdições.

O lugar da criança na fratria parece, pois, exercer também uma influência sobre a trajetória escolar. Ser primogênito, caçula ou mesmo ocupar um lugar intermediário parece implicar em processos de socialização diferenciados que se constituem no espaço familiar e que possivelmente tenham algum impacto em seu percurso e destino escolares.

Relação entre gênero e educação escolar

O gênero talvez seja, dentre as variáveis demográficas aqui tratadas, a mais abordada no campo das Ciências Sociais. Ao que parece, contudo, poucos ainda são os trabalhos que se debruçam sobre as diferenças nas práticas educativas familiares em função do gênero da criança. Segundo Lahire (1997), é preciso “reconhecer as diferenças sexuais como diferenças plenamente sociais que entram em jogo na compreensão dos matizes de percurso escolar no seio de uma mesma fratria”(p.346). A constituição da identidade sexual tal como socialmente concebida parece evidenciar estilos educativos heterogêneos para meninos e meninas. Possivelmente, das diferenças sexuais construídas nos diversos meios socioculturais familiares decorrem concepções e práticas educativas diferentes conforme os filhos sejam do sexo masculino ou feminino.

Mas considerando-se as transformações históricas nas relações sociais de gênero ocorridas na segunda metade do século XX, poderíamos ainda falar de estratégias educativas diferenciadas para meninos e meninas? Pelo que indicam as pesquisas, se as diferenças relativas à escolaridade em função do gênero não são expressivas, elas ainda persistem.

De início, é preciso considerar que as diferenças associadas ao gênero são muito mais acentuadas

⁹ Em francês, no original.

nos meios menos instruídos e nas camadas mais desfavorecidas da população. Contrariamente ao que se observa nos meios mais providos em capital cultural e mais favorecidos socialmente, nas famílias caracterizadas por baixos níveis socioeconômico e de escolarização, nota-se uma maior conformação dos valores educativos aos modelos tradicionais que se pautam pela clivagem masculino/feminino (Jarousse & Duru-Bellat, 1996).

Na pesquisa suíça acima mencionada, observa-se que as estratégias educativas dos pais não mostram uma diferença significativa no que diz respeito ao destino escolar de filhos e filhas (Kellerhals & Montandon, 1991). Essas famílias aspiram carreiras de formação longa para ambos os sexos, raramente encontrando-se projetos de limitar a formação das garotas porque viriam a ser mães de família. Entretanto, as moças se dirigem para cursos cujos diplomas são menos valorizados e as profissões menos remuneradas do que os seguidos pelos rapazes, embora, segundo a pesquisa isso não pareça ser fruto de estratégias deliberadas de educação familiar. No que diz respeito a diferenças de atitudes educativas face ao gênero, o elemento mais perceptível é o fato de que as filhas são menos punidas que os filhos, sobretudo nos meios mais favorecidos. Nota-se ainda que, embora o pai invista quase tanto na filha quanto no filho, ele coopera mais com seu filho, ao passo que a mãe comunica-se um pouco menos com seu filho do que com sua filha.

Para Lahire (1997), o fato das mães geralmente assumirem o cuidado diário dos filhos e acompanharem seus estudos mais de perto, propicia uma diferenciação quanto ao desempenho escolar desses. Ocorre que os meninos costumam apresentar maiores dificuldades escolares uma vez que a construção de sua identidade sexual reporta-se a um pai que de modo freqüente mostra-se menos envolvido com as questões escolares. Da mesma forma, o fato das mulheres comumente se encarregarem das práticas domésticas e cotidianas de escrita (bilhetes, agenda de telefones, relação dos gastos domésticos, listas de compras etc.) contribuiria para favorecer o rendimento escolar das filhas que nelas se espelham em seu processo de constituição da identidade.

Terrail (1992) também verifica que o papel da mãe na educação escolar dos filhos é efetivamente

mais importante do que o do pai. Ressalta que a mãe cuja formação escolar é mais longa mostra-se particularmente atenta aos estudos da filha, ao passo que aquela que tem um nível de escolaridade menor se interessa igualmente pela escolaridade do filho. Observa ainda que, quanto mais a mãe é economicamente ativa e qualificada, mais as práticas culturais e esportivas das meninas tendem a ser freqüentes. Já quando a mãe não exerce trabalho remunerado, ocorre o inverso: os meninos é que são mais favorecidos quanto à prática de atividades. Os dados de Jarousse e Duru-Bellat (1996) confirmam essa idéia de que a variável “atividade da mãe” não exerce influência específica quando se trata de meninos, mas que em relação às meninas as mães ativas se revelam mais ambiciosas quanto à escolaridade delas do que as mães que não exercem uma atividade profissional.

Consoante Van Zanten e Duru-Bellat (1999), várias pesquisas francesas têm mostrado que o maior sucesso escolar das meninas em relação aos meninos nos meios populares e entre as famílias de imigrantes deve-se, sobretudo, ao fato das mães que exercem uma atividade profissional desenvolverem um projeto educativo que traduz a vontade de favorecer a emancipação de suas filhas. Na atualidade, se os pais valorizam igualmente a educação escolar dos filhos de ambos os sexos, eles continuam a estabelecer projetos educativos diferenciados para meninos e meninas. Assim, desde os anos 1980, alguns trabalhos indicam que os pais ambicionam um nível de estudos mais elevado para as meninas do que para os meninos, aparentemente porque esses pais entendem que os rapazes possam se sair melhor no mercado de trabalho com uma formação mais curta do que as moças cujo bom nível de instrução escolar é mais exigido nos setores terciário e público — os que mais empregam mulheres (Jarousse & Duru-Bellat, 1996). A ambição dos filhos em termos de expectativas escolares parece se coadunar com a dos pais: as moças mais do que os rapazes estimam que os estudos longos fazem parte de suas escolhas futuras por acreditarem que o colégio as tenha preparado para isso (Terrail, 1992).

Se o nível geral de educação escolar desejado é mais elevado para as meninas, os pais esperam, entretanto, mais freqüentemente, o sucesso profissional quando se trata de um filho homem. Tendem a

visar mais estudos gerais para as moças e uma formação profissional para os rapazes, demonstrando preocupação com a definição de uma carreira para esses últimos (Jarousse & Duru-Bellat, 1996).

De fato, se hoje em dia as mulheres apresentam superioridade escolar em todos os meios sociais, se são menos suscetíveis aos obstáculos habituais ao sucesso escolar — tamanho da fratria, atividade da mãe, duração do período pré-escolar etc. — e mais diplomadas do que os homens, as desigualdades escolares em função do gênero se manifestam especialmente no acesso aos cursos mais valorizados e às profissões mais bem remuneradas, uma vez que os rapazes são maioria nos cursos mais prestigiosos na França, especialmente no ensino profissional como as Engenharias (Marry, 2000).

No Brasil, as mulheres têm também evidenciado mais vantagens que os homens no quadro do sistema escolar, especialmente a partir dos anos 1990. Constata-se que a progressão escolar das mulheres no sistema de ensino é um pouco mais regular que a dos homens, na medida em que menos marcada por reprovações e evasões. Em todos os níveis socioeconômicos e em todas as faixas etárias, “as meninas e moças apresentam menor distorção série/idade média que os meninos e rapazes” (Rosemberg, 2001, p.522), ou seja, mais garotas se encontram no ano escolar esperado para sua idade, demonstrando que não tiveram seu percurso atingido pelos fatores que ocasionam a defasagem série/idade: ingresso tardio no sistema escolar, evasão da escola seguida ou não de regresso, ou reprovação. Assim sendo, conforme Rosemberg (2001), embora os homens apresentem uma taxa de escolaridade ligeiramente superior à das mulheres, isso parece dever-se ao fato de que eles permanecem mais tempo no sistema escolar para cumprir o mesmo percurso que as mulheres.

Outro dado indica um maior êxito escolar feminino: o censo brasileiro de 1990 apresentou um número ligeiramente superior de mulheres em relação ao de homens com curso completo em quase todos os níveis de ensino, com destaque para o antigo 2º Grau, no qual as mulheres apresentaram uma diferença favorável em torno de 21% ao se considerar conjuntamente as áreas rural e urbana (Silva, 2002).

Entretanto, também se nota que apesar dos melhores resultados escolares das mulheres, persiste

uma diferenciação quanto à definição das carreiras universitárias para homens e mulheres. Assim, cursos das áreas de exatas como engenharias, considerados “mais difíceis”, apresentam um perfil do alunado notadamente masculino e as mulheres continuam a se concentrar nas carreiras socialmente consideradas adequadas para elas — mas também menos valorizadas — como é o caso das áreas de humanas (Rosemberg, 2001). Por outro lado, observa-se nos últimos anos uma proporção maior de mulheres pesquisadoras, e com tendência ao crescimento, nas várias áreas do conhecimento, inclusive nas carreiras relacionadas com as ciências exatas e engenharias, as quais tendem a propiciar maior reconhecimento profissional e maiores rendimentos (Silva, 2002).

Numa pesquisa realizada com famílias de camadas médias brasileiras, Romanelli (1995) verificou que os pais buscavam encaminhar os filhos homens para carreiras universitárias capazes de propiciar maior sucesso profissional e financeiro, inclusive prestígio, o que não sucedia com as filhas, para quem o exercício de uma profissão parecia não ser considerado tão relevante.

Percebe-se, pois, que a qualidade e a frequência das interações entre pais e filhos, as expectativas quanto ao futuro escolar e os projetos educativos traçados para os filhos, que ajudam a definir em maior ou menor grau seu percurso escolar, mostram-se relacionados ao gênero. Assim, mesmo “iguais na posição de irmãos” (Romanelli, 2003), os sujeitos podem apresentar singularidades relativas à sua escolaridade também em função do gênero.

Considerações finais

Ao se voltarem para as dinâmicas e os processos internos às famílias no intuito de melhor compreender seus modos de relação com a educação escolar, as pesquisas atuais evidenciam que a importância da família para a escolaridade dos filhos vai além de um mero reflexo da classe social (Nogueira, 1998). Embora cada classe ou fração de classe tenda a apresentar disposições específicas relativas aos investimentos escolares que são “transmitidas” aos seus membros, pode-se, no entanto, dizer — uma vez que numa mesma classe ou fração de classe são encontradas famílias com atitudes diferentes —, que

cada família “transmite” a seus filhos um modo próprio de relação com a escola.

Mas, de um modo geral, as famílias pensam e atuam ativamente no que diz respeito à escolaridade dos filhos que, na atualidade, tem ocupado um lugar central no projeto familiar. Dessa forma, a escola tem sua influência ampliada, e aos pais cabe coordenar suas funções educativas com as da escola e mesmo com as de outras instâncias de socialização (Van Zanten & Duru-Bellat, 1999). De fato, a importância crescente da escolarização em termos de inserção profissional e social do sujeito não parece poder ser ignorada pelas famílias, mesmo as de meio social mais favorecido. Todavia, a maneira pela qual as diferentes famílias se posicionam e efetivamente atuam face à educação dos filhos é algo que ainda precisa ser mais esclarecido, sobretudo nos estratos mais favorecidos da população. De fato, no Brasil, as pesquisas sobre as relações que as famílias mantêm com a escolaridade dos filhos são muito mais numerosas em relação aos meios populares (Romanelli, 2000). O interesse pelos processos de escolarização dos jovens mais favorecidos é muito recente. Assim, tanto as elites como as camadas médias ainda são muito pouco estudadas quanto às suas práticas educativas (Nogueira, 1995; 2002).

Outro ponto a ser considerado é o fato de que nos estudos sobre a relação entre família e escola, embora tenha havido uma preocupação em se pesquisar as características ditas “morfológicas” das famílias como número de filhos, sexo, idade e lugar da criança na fratria, esses fatores foram vistos apenas em termos de seus efeitos sobre o desempenho escolar (Nogueira, 1991), sendo que sua compreensão no que diz respeito ao seu modo de intervenção no processo de construção da escolaridade dos filhos não foi ainda realizada.

De outra parte, quando se verifica a mudança de perfil nas famílias brasileiras, com uma maior diversidade de arranjos familiares, maior igualdade nas relações etárias e de gênero e uma redução no número de filhos, a implicação parece ser a de uma transformação no próprio estilo educacional dessas famílias. Mas quais seriam essas novas configurações que têm se estabelecido no seio das famílias e como de fato têm repercutido na educação escolar dos filhos? No estágio atual das pesquisas no campo

das relações família e escola, algumas questões carecem de maior investigação.

Em que termos a modalidade do arranjo familiar é capaz de influenciar a escolaridade dos filhos? Algum arranjo específico seria mais ou menos benéfico a esse processo de escolarização? Dentro de que circunstâncias específicas (sociais, econômicas, culturais) esse “benefício” poderia se concretizar? Até que ponto a redução no tamanho das famílias brasileiras ocorreria em função da obtenção de um maior sucesso escolar para os filhos? Para quais famílias o número reduzido de filhos consistiria de fato em uma estratégia educativa? As ambições educativas dos pais tendem a diferir em função do lugar ocupado pelo filho na fratria? Isso ocorreria em famílias específicas, pertencentes a dados grupos sociais? Quais os aspectos mais diretamente relacionados ao maior sucesso escolar das filhas mulheres? O que tem levado à manutenção das desigualdades escolares no acesso das jovens aos cursos e, por conseguinte, às profissões de maior prestígio social? Essas e tantas outras indagações merecem uma melhor formulação e precisão na área pesquisada. Para tanto, bem justificados os fundamentos teóricos e os procedimentos metodológicos, a Sociologia da Educação não poderia prescindir de uma incursão no campo de outras disciplinas como a Demografia, a Psicologia e a Antropologia, sempre que se fizer necessário. As pesquisas em Educação, mais especificamente no que concerne aos estudos sociológicos relativos às relações família e escola, só têm a ganhar se estabelecerem um diálogo mais profícuo entre si.

Cabe ainda ressaltar que, embora se tenha dado destaque aos modos específicos de cada família conceber e atuar face à educação escolar de seus filhos, há que se considerar também um trabalho por parte dos filhos no sentido de se apropriarem do que lhes é “transmitido”. Na verdade, a palavra “transmissão” é aqui usada entre aspas por se concordar com Lahire (1997) de que se trata de um termo inadequado, pois remete “à idéia de uma reprodução idêntica (‘modelo a ser imitado’) de uma disposição (ou de um esquema) mental”, quando, na verdade, trata-se de um processo de construção da disposição ou da herança a ser incorporada. É preciso que existam condições adequadas para que a “transmissão” da herança seja bem-sucedida, o que implica em relações e interações

sociais caracterizadas por uma certa dose de estabilidade e afetividade, bem como pela disposição dos filhos em atender às expectativas familiares.

Parece, assim, bastante plausível a co-existência numa mesma família de estratégias educativas diferenciadas para os filhos em relação à escola, caso eles sejam meninos ou meninas, primogênitos ou caçulas, crescidos quando os pais estavam juntos ou haviam se divorciado. Como adverte Lahire (1997), “duas crianças que pertencem a uma mesma fratria não nascem e não vivem nunca exatamente na mesma família”(p.207). Até porque se deve considerar o desejo de cada um em assumir sua “herança” familiar e de se envolver num trabalho de apropriação e construção da mesma. Portanto, mesmo entre irmãos, pode-se supor diferenças relativas à sua escolaridade pelo fato de cada um deles ocupar uma posição singular em seu meio familiar.

Referências Bibliográficas

- Berquó, E. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. Em L. M. Schwarcz, (Org.), *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea* (pp. 411-438). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bianchi, S. M. (1983). Children's School Progress: An Investigation of Family Socioeconomic, Comportional and Ethnic Subgroup Differences, Washington, D.C.: U. S. Bureau of the Census, January, mimeo.
- Bourdieu, P. (1998a). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Em M. A. Nogueira & A. Catani, (Orgs.), *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu* (pp. 39-64). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1998b). Futuro de classe e causalidade do provável. Em M. A. Nogueira, & A. Catani, (Orgs.), *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu* (pp. 81-126). Petrópolis: Vozes.
- Desplanques, G. (1981). La chance d'être aîné. *Economie et Statistique, INSEE, 137*, 53-56.
- Figueira, S. A. (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em S. A. Figueira, (Org.), *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* (pp. 11-30). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Forquin, J. C. (1995). Abordagem sociológica do sucesso e do fracasso escolares: desigualdades de sucesso escolar e origem social. Em J. C. Forquin, (Org.), *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa* (pp. 81-174.). Petrópolis: Vozes.
- Goldani, A. M. (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa, 91*, 7-22.
- Hasenbalg, C. & Silva, N. do V. (1999). Família, cor e acesso à escola no Brasil. Em C. Hasenbalg, N. do V. Silva, & M. Lima, (Orgs.), *Cor e estratificação social* (pp. 126-147). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.
- Jarousse, J. P & Duru-Bellat, M. (1996). Le masculin et le féminin dans les modèles éducatifs des parents. *Économie et Statistique, 293*, 77-93.
- Kellerhals, J. & Montandon, C. (1991). *Les stratégies éducatives des familles*. Paris: Delachaux et Niestle.
- Lahire, B. (1997). *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.
- Laurens, J. P. (1992). La dimension démographique. Em J. P. Laurens, *1 sur 500: la réussite scolaire en milieu populaire* (pp. 141-167). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- Marry, C. (2000). Filles et garçons à l'école. Em A. Van Zanten, (Org.), *L'école: l'état des savoirs* (pp. 283-292). Paris: La découverte.
- Marteletto, L. J. (2002). O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens. *Revista Brasileira de Estudos da População, 2* (9), 159-177.
- Nogueira, M. A. (1991). Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria & Educação, 3*, 89-112.
- Nogueira, M. A. (1995). Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. *Educação & Realidade, 20*, 9-25.

- Nogueira, M. A. (1997). Convertidos e oblatos - um exame da relação classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. *Educação, Sociedade & Culturas*, 7, 109-129.
- Nogueira, M. A. (1998). Relação família-escola: novo objeto na Sociologia da Educação. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 8 (14-15), 91-103.
- Nogueira, M. A. (2000). A construção da excelência escolar - Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. Em M. A. Nogueira, G. Romanelli, & N. Zago, (Orgs.), *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (pp. 125-154). Petrópolis: Vozes.
- Nogueira, M. A. (2002). Estratégias de escolarização em famílias de empresários. Em A. M. F. Almeida, & M. A. Nogueira, (Orgs.), *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa* (pp. 49-65). Petrópolis: Vozes.
- Pohl, R., Soleilhavoup, J. & Ben Rezigue, J. (1983). *Formation, mobilité sociale, salaires. Enquête formation qualification professionnelle de 1977*, INSEE, 433, 134-135.
- Romanelli, G. (1995). O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 184 (76), 445-476.
- Romanelli, G. (2000). Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos – O estudante-trabalhador. Em M. A. Nogueira, G. Romanelli, & N. Zago, (Orgs.), *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (pp. 99-123). Petrópolis: Vozes.
- Romanelli, G. (2003). Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. Em N. Zago, M. P. de Carvalho, & R. A. T. Vilela, (Orgs.), *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação* (pp. 245-264). Rio de Janeiro: DP&A.
- Rosemberg, F. (2001) Educação formal; mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, 2 (9), 515-540.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Segalen, M. (1993). *Sociologie de la famille*. Paris: Armand Colin.
- Silva, R. C. da S. e (2002). Um estudo de gênero na educação brasileira. Em ANPEd, *Anais da 25ª Reunião Anual da ANPEd*, GT3 - Movimentos Sociais e Educação, Caxambu: ANPEd (CD-Rom).
- Terrail, J. P. (1992). Parents, filles et garçons, face à l'enjeu scolaire. *Éducation et Formations*, 30, 3-11.
- Van Zanten, A. H. (1988) Les familles face à l'école-rapports institutionnels et relations sociales. Em P. Durning, (Org.), *Education familiale: un panorama des recherches internationales*. (pp. 185-207). Paris: MIRE-Matrice.
- Van Zanten, A. & Duru-Bellat, M. (1999) Les pratiques éducatives des familles. Em M. Duru-Bellat, & A. Van Zanten, (Orgs.), *Sociologie de l'école* (pp. 167-187). Paris: Armand Colin.

Este trabalho foi desenvolvido no curso de Doutorado da Faculdade de Educação da UFMG sob orientação da Professora Doutora Maria Alice Nogueira.